

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
02 de dezembro de 2013

Ao segundo dia do mês de dezembro de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas minutos, realizou-se a Quadragésima Quinta Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Na sequência, o Secretário Executivo informa que a pauta se inicia com a discussão de três itens sobre mobilidade, a aprovação do orçamento plurianual 2014/2017 e o orçamento para 2014, a apresentação de proposta da UFABC, USCS e Universidade Metodista para a criação do Prêmio Prefeito Celso Daniel, concluindo-se com os informes e agendas futuras, destacando a reunião de Instalação do Conselho Consultivo da Sub-região Sudeste/Grande ABC e a Solenidade de Instalação do GAMESP Sudeste que serão realizadas hoje, dia 02/12, às 15h, em São Bernardo do Campo. O Secretário Executivo lembra que em fevereiro foi apresentado aos Prefeitos o Plano de Mobilidade Regional, contratado com recursos do Estado e do Consórcio e que no mês de dezembro está prevista a conclusão do PMR. Nesse sentido, convida o Sr. Bicalho e o Sr. Santana, da Oficina Consultores, para a apresentação completa do Plano de Mobilidade Regional, com uma visão geral de todos os itens que constituem o PMR. O Sr. Marcos Bicalho inicia sua apresentação informando que o objetivo geral do Plano é orientar ações concretas do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e das sete prefeituras da Região, na política regional de mobilidade urbana, visando otimizar o desempenho da economia regional e melhorar a qualidade de vida da população. Os resultados esperados associados ao sistema viário consistem em caracterizar um sistema viário estrutural de interesse regional; identificar a necessidade de investimentos na construção ou ampliação do sistema viário estrutural. Os resultados associados aos serviços de transporte coletivo consistem em propor diretrizes para reorganização dos sistemas de transporte coletivo municipal e metropolitano na Região, visando racionalização e melhoria dos serviços; propor diretrizes para expansão do sistema de transporte coletivo estrutural, e sua integração com os demais serviços; analisar a viabilidade de implantação de uma política tarifária regional integrada. E por último, os resultados associados à gestão do trânsito consistem em propor diretrizes e ações coordenadas e integradas entre os municípios para operação e fiscalização do trânsito na Região. Esses três grandes eixos foram trabalhados neste período e a partir disso chegou-se às principais proposições. O primeiro ponto está

associado aos serviços de transporte coletivo, visando instituir uma rede regional integrada de serviços de transporte coletivo; consolidar e ampliar a rede metropolitana estrutural constituída pelo trem metropolitano, pelo Metrô, pelo Corredor ABD e pelas novas ligações de monotrilho (Linha 18 São Bernardo do Campo – Tamanduateí e Linha Guarulhos – Santo André). Destaca que essas ações são basicamente de investimentos estaduais, sendo fundamental uma ação política do Consórcio. O segundo ponto contempla instituir uma rede regional unificada de serviços de média e baixa capacidade, operados por ônibus municipais e intermunicipais. Na sequência, o Sr. Bicalho apresenta os mapas dos municípios com o desenho das redes regionais sugeridas no PMR e destaca a necessidade dos municípios desenvolverem seus projetos no âmbito dos Planos de Mobilidade locais (apenas São Bernardo do Campo tem uma proposta adiantada) e a necessidade de discutir o desenho final das redes com a EMTU. Destaca que surgiu no Plano a necessidade de implantar equipamentos urbanos (terminais e estações de conexão) em pontos de articulação da rede regional, para melhorar o atendimento aos usuários e as condições operacionais dos serviços. Alguns investimentos já foram colocados no pacote de investimentos pactuado com governo federal, diversos terminais já existem ao longo da ferrovia, mas o plano propõe a inclusão de alguns novos terminais. Sugere que o Consórcio já adote alguns elementos de identidade regional, por exemplo, um ponto de parada que contenha uma identidade visual comum, no âmbito do Consórcio. O terceiro ponto é viabilizar uma política tarifária integrada envolvendo todos os modos e serviços, que não significa tarifa única. A pesquisa concluiu que cerca de 1.172.000 passageiros/dia utilizam os Sistemas Municipais. Destes temos 21.000 pessoas/dia em integração com ônibus municipais de São Paulo; 88.000 passageiros/dia em integração com outros municipais; 107.000 passageiros/dia em integração com CPTM; 150.000 passageiros/dia em integração com EMTU + Metra e 807.000 passageiros/dia exclusivos dos sistemas municipais. Há uma tendência de aumento à integração se houver a integração tarifária, por isso foi simulada a integração sem acréscimo de tarifa e calculando a perda de receita adicional. Esses três pontos são componentes inseridos no Plano. No que diz respeito à estrutura viária, o Sr. Bicalho apresenta a estimativa de investimentos propostos no plano de investimentos, sendo R\$ 5 bilhões em investimentos no modal rodoviário, e mais R\$ 3 bilhões para a implantação do monotrilho. O plano ficou com R\$ 8 bilhões em investimentos para ampliar a conectividade regional, a partir daí foram identificados com o GT Mobilidade os quatro eixos mais estruturais agregando a eles mais algumas obras para serem trabalhadas conjuntamente, e a construção do CCO Regional, voltado ao transporte coletivo, agregando a inteligência tecnológica para monitorar a operação dos corredores regionais. Esses quatro eixos foram aprovados no PAC e estão em andamento técnico, com a respectiva formulação de projetos quando pertinente. Andrea Brisida, coordenadora do GT Mobilidade, relata que depois do anúncio do governo federal, houve mais demandas de São Bernardo do Campo, Mauá e Ribeirão Pires. Informa que as demandas foram em princípio aceitas pelo Ministério do Planejamento, mas só serão anunciadas após o recebimento dos projetos. Informa que já entrou em contato com os três municípios solicitando o envio desses projetos ao Ministério do Planejamento.

Na semana passada foi formalizado o pedido incluindo as demandas apresentadas posteriormente, e foi realizada uma reunião com as áreas técnicas e de captação de recursos das prefeituras para articular os andamentos com a Caixa Econômica Federal. Na sequência será necessário enviar todos os projetos à Caixa, para agilizar o quanto antes a liberação de recursos e início das obras. O Presidente questiona ao Sr. Gilnei Peroni, representante da Caixa, quanto tempo após a aprovação o investimento será liberado. Gilnei responde que a Caixa já adiantou alguns itens, inserindo dois técnicos que estão à disposição do Consórcio para agilizar o atendimento dos projetos e que serão analisados independentemente da publicação do Decreto, mas que isso depende também da disponibilidade das prefeituras encaminharem os projetos. O Prefeito Gabriel Maranhão sugere a criação de uma agenda com cada município para adiantar os detalhes técnicos. O Prefeito Lauro Michels questiona quando pode ser dada a ordem de início de cada obra. O Presidente Luiz Marinho informa que após a publicação do Decreto contam 90 dias para iniciarem as obras. Os Prefeitos destacam que devido às eleições as obras precisam ser iniciadas antes do dia 06/06. Andrea Brisida destaca a importância dos municípios já prepararem os editais e demais documentos das obras para adiantar o seu início, e solicita também o envio dos projetos básicos para que a Caixa comece a avaliar os projetos. O Prefeito Lauro Michels solicita ao Sr. Gilnei Peroni a compreensão e ajuda da Caixa para o apontamento de erros, solicitando prazo para correção, caso existam. Voltando à apresentação do Sr. Bicalho, este apresenta os próximos passos ou desafios: 1- conclusão dos projetos da 1ª Etapa e contratação das obras. 2- Desenvolvimento dos Planos de Mobilidade locais, com especial ênfase no desenvolvimento das redes integradas de transporte coletivo. 3- Detalhamento e negociação dos acordos para integração tarifária entre os sistemas municipais; entre os sistemas municipais e a CPTM; entre os sistemas municipais e o Corredor ABD; entre os sistemas municipais e a EMTU. 4- Contratações dos projetos para a 2ª Etapa (pelo Consórcio). 5- Viabilizações da 3ª Etapa (demais eixos). Andrea Brisida fala da obrigatoriedade dos municípios criarem o respectivo Plano de Mobilidade Municipal. O Prefeito Lauro Michels sugere que os planos sejam criados com base do Plano do Consórcio. Andrea Brisida sugere a elaboração de um termo de referência para orientação e padronização de todos os processos nos municípios. O Prefeito Lauro Michels relata que teve uma reunião com a Secretaria de Transportes Metropolitanos e solicitou o prolongamento do Metrô até Diadema. Informa que solicitou um estudo preliminar e que foram sugeridas três propostas. A primeira inclui o trecho que vai do Jabaquara/Rodovia dos Imigrantes/Terminal Diadema, a segunda inclui o trecho Centro de Exposição Imigrantes/Jd. Celeste / Centro de Diadema na divisa com São Paulo, o outro trecho inclui Jabaquara/ Miguel Stefano / Linha Vermelha do Metrô / Pq. Bristol até Diadema. A opção da STM seria pelo trecho de 23,5 km do Jabaquara a Diadema, com mais seis estações, totalizando 24 estações e atendendo a uma demanda diária de 567 mil passageiros, com 47 trens na linha, e custo de R\$ 1,4 bilhões, totalizando 12 minutos do Jabaquara até Diadema. Solicita a ajuda dos demais Prefeitos para a concretização deste estudo. Todos os Prefeitos recebem uma cópia do mapa do transporte metropolitano, incluindo o estudo preliminar de Diadema. O Presidente Luiz Marinho fala que caso o Estado não assuma o custo do projeto, que é interessante o projeto ser contratado via Consórcio. O Prefeito Lauro Michels fala

que trouxe essa demanda para o Consórcio, por ser um benefício regional e não somente municipal. O Presidente propõe uma conversa com o Estado para verificar a necessidade do projeto ser contratado via Consórcio, e o Prefeito Lauro aceita a proposta. O Secretário agradece a presença dos consultores da Oficina Consultores e dá sequência ao próximo ponto da pauta, convidando o Sr. Alexandre Zum da Tranzum Consultoria, que irá realizar a Apresentação do Projeto de Sincronização Semafórica. Relata que os trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de revitalizar a programação semafórica existente em 150 cruzamentos na região do Grande ABC, corredores de interligação dos municípios, proporcionando dessa forma melhorias significativas no trânsito. A nova programação semafórica tem implantação imediata. Dessa forma, as melhorias podem ser verificadas imediatamente, com baixo custo de implantação. Ao todo foram estudados 201 cruzamentos (veiculares e de pedestres), sendo considerados 161, pois no decorrer do projeto foram identificados outros 11 cruzamentos que necessitam ser incluídos no estudo. Os principais eixos onde foram realizados os estudos: Av. Guido Aliberti; Av. Goiás; Rua Alegre; Av. D. Pedro; Av. Ramiro Colleoni; Av. Pereira Barreto; Rotatória do Paço; Av. Lucas Nogueira Garcez; Av. Piraporinha; Av. Fábio Eduardo Esquivel; Corredor ABD; Av. Lauro Gomez; Av. Prestes Maia; Faculdade Mauá e Av. Capitão João. O trabalho foi realizado a partir de levantamento de dados, elaboração dos croquis, estudos das redes semafóricas, pesquisas de GPS antes das novas programações, elaboração das novas programações semafóricas, implantação em campo e ajustes localizados, pesquisas de GPS depois das novas programações, e elaboração dos relatórios e documentação. A etapa de levantamento de dados consiste no levantamento de dados necessários para o conhecimento prévio da região, tanto as configurações físicas, como o comportamento no trânsito. Para isso foram realizadas as seguintes pesquisas: vistoria no local, levantamento fotográfico; filmagem 24 horas; contagem classificada de fluxos veiculares. As vistorias foram realizadas em diversos horários e de diferentes dias da semana para conhecimento geral dos problemas, definição dos métodos e locais de pesquisa. Esse levantamento de campo colaborou para a caracterização física da situação atual: largura das vias, canteiros centrais; largura do leito carroçável, localização dos pontos de ônibus, sinalização horizontal e vertical. Os levantamentos fotográficos foram realizados ao longo das vistorias em campo, para elaboração dos cadastros fotográficos de todos os quarteirões e cruzamentos dos trechos estudados, facilitando a conferência do trabalho e auxiliando nas dúvidas que ocorrem no decorrer do desenvolvimento do trabalho. Foram realizadas contagens classificadas por tipo de veículo, em diversos cruzamentos nos corredores estudados, através de imagens de vídeos coletadas por Unidade Móvel de Contagem - UMC, equipada com mastro de 9 m de altura, câmeras de vídeo e sistema de gravação instalada em campo. As contagens foram efetuadas por técnicos treinados para assistir os vídeos, identificar os veículos e operar o programa "ErfassVZ" que possibilita a programação das teclas do computador para registro das contagens, armazenando automaticamente os fluxos classificados por tipo em intervalos de 15 minutos. Na sequência, apresenta o gráfico do levantamento de dados dos principais trechos da região, avaliando o perfil de horário e os principais picos. Informa que cada relatório entregue aos municípios contém um gráfico de massa com os dados registrados das 6h às 20h,

todos os dias. Com base nas contagens veiculares, nos estudos de fluxos realizados e no levantamento cadastral elaborado, foram desenvolvidos planos semafóricos para garantir uma melhor fluidez no trânsito. A simulação é a ferramenta usada para testar, tanto as propostas de projeto, como os planos semafóricos. A partir da curva do perfil horário, verificamos a quantidade necessária de planos, que variam de seis a sete planos de tráfego por dia: pico manhã, entre pico manhã, pico almoço, entre pico tarde, pico tarde, noite e madrugada. Cita que em regiões de parques foram criados picos específicos e que foram implantadas somente nos eixos contratados, e os demais pontos da cidade contam com apenas um plano. Na sequência apresenta o gráfico com o estudo de tráfego nos principais pontos regionais, iniciando com o gráfico do trecho Piraporinha, que era considerado um dos pontos mais críticos, sendo criados 7 planos para este trecho. O grande problema é que a EMTU/Metra possui um controlador de tráfego que só possui um plano e que dificulta o trânsito neste trecho. O Prefeito Lauro Michels relata um problema com a Metra e diz que solicitou a abertura mais ampla do farol dos pedestres e isso foi negado. O corredor Piraporinha/Fabio Esquivel executa somente um plano no dia inteiro, dificultando o trânsito neste local. Os problemas a serem solucionados contemplam a falta de cabo de sincronismo na maioria dos locais, possível solução é a implantação de GPS nos controladores e nas redes existentes. Existência de controladores obsoletos, FLEXCON I (todos localizados no corredor EMTU METRA), que há vários anos já não é mais produzido, não permite a programação de vários planos, não permite sincronismo entre cruzamentos distantes, é fundamental a substituição imediata de todos. As equipes de programação semafórica são praticamente inexistentes, pouquíssimos técnicos que fazem de tudo, manutenção, implantação e quando sobra um tempo se preocupam com a programação. A maioria dos cruzamentos possui planos insuficientes para acompanhar a mudança dos fluxos veiculares existentes no dia a dia. Vários cruzamentos conjugados de maneira errada, ou seja, um controlador operando 3, 4 e até 5 cruzamentos. As diretrizes a serem pensadas: implantação de Central Estratégica Unificada, com Monitoramento de CFTV; Monitoramento e controle semafórico; Monitoramento do transporte público; Segurança urbana; Acionamento de SAMU e Bombeiros e a Central de atendimento de solicitações e informações. O Presidente Luiz Marinho propõe o agendamento de uma reunião com a EMTU e Metra para discussão deste assunto. Agradece a todos e passa ao ponto seguinte da pauta.

O Secretário Executivo fala sobre o Lançamento do PPA Regional Participativo que será realizado no dia 11 próximo, e apresenta uma minuta de Resolução, que será o documento oficial do Consórcio. Convida o Diretor Jurídico do Consórcio, Leandro Piccino, para detalhar o documento; o Diretor Jurídico declara que surgiu a ideia de uma resolução conjunta de todos os prefeitos instituindo o PPA Regional no âmbito do Consórcio, por isso foi elaborado a minuta da resolução validando e considerando as aprovações das plenárias do PPA Regional e criando o Plano Plurianual Regional Participativo do Grande ABC (PPA-R) para o quadriênio 2014/2017. A minuta foi aprovada pelos Senhores Prefeitos e será assinada no dia 11/12, data de lançamento do PPA Regional.

O Secretário Executivo, fala a seguir sobre a aprovação do orçamento plurianual 2014/17 e publicação do PPA Regional que foi apresentada na assembleia anterior

com a proposta de distribuição de recursos nos 11 programas totalizando 19 milhões, priorizando em 2014 os programas que já tem iniciativas avançadas como mobilidade, desenvolvimento econômico e ABC Solidário. Informa que esse orçamento precisa ser validado e a partir disso, apresenta o detalhamento de 2014. No Programa de Desenvolvimento Territorial com Diversificação e Inovação, a alocação de R\$ 1 milhão, sendo R\$ 700 mil para a Agencia de Desenvolvimento Econômico, órgão que executará o programa e R\$ 300 mil destinados ao convenio com a Fundação SEADE, para a execução e divulgação da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região. No Programa relativo ao Sistema Regional de Saúde, mantido o apoio à Funcraf com R\$ 248 mil para manter o projeto. Para o Programa ABC Solidário e Afirmativo, a proposta é destinar R\$ 2 milhões, sendo R\$ 1,32 milhões para manter o Programa Casa Abrigo. Para o Programa Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consórcio, a proposta é de R\$ 9 milhões, sendo R\$ 4 milhões para a Comunicação Institucional, envolvendo principalmente o Programa Travessia Segura e 4,5 milhões para a administração geral e custeio do consorcio além dos itens Sistema de Informações Regionais (Observatório de Políticas Públicas) com R\$ 250 mil e Formação de gestores regionais com R\$ 250 mil. O Secretário solicita aos prefeitos a aprovação dos programas apresentados para o orçamento de 2014, lembrando que estamos falando apenas dos recursos das prefeituras para o Consórcio e não estão considerados os recursos do PAC, ou demais recursos dos governos do Estado e Federal. Deliberação: proposta aprovada por todos os Prefeitos. Informa também que há uma pactuação de débito do município de Rio Grande da Serra para aprovação formal de todos, também aprovada.

O Secretário Executivo informa a confirmação da presença da Ministra Miriam Belchior para o lançamento do PPA Regional. Informa ainda que a Secretaria Geral da Presidência propõe que o Consorcio assine no dia do lançamento do PPA, o Termo de Adesão ao Compromisso Nacional pela Participação Social, que essencialmente destaca a relevância da articulação federativa pela via da participação social e que a minuta está na pasta dos Senhores Prefeitos para aprovação, sem manifestações em contrário.

Dando sequencia a pauta, inicia-se a apresentação da Proposta da UFABC, USCS e Universidade Metodista para a criação do Prêmio Prefeito Celso Daniel, estando presentes os Professores Luiz Silverio, Silvia Passarelli e Maria do Carmo Romeiro. O Prof. Luiz Silverio inicia sua apresentação com o objetivo do projeto que consiste em fazer uma parceria com o Consórcio para premiar os municípios do estado de São Paulo que tenham tido as melhores práticas de políticas públicas integradas e homenagear o patrono da Cátedra, o prefeito Celso Daniel; estimular a integração das diversas ações dos gestores públicos; desenvolver estudos sobre políticas públicas integradas; contribuir para a eficiência, a eficácia e efetividade dos gestores públicos. A justificativa é que as soluções encaminhadas pelos gestores públicos devem atentar-se aos princípios da eficácia, eficiência e efetividade. As políticas públicas integradas permitem que as ações passem a ser mais discutidas, exercendo assim, a prática da democracia. A política pública integrada, ao redundar em economia (financeira e de resultado), deve ser estimulada, pois beneficia os cidadãos que financiam os gastos públicos por meio do pagamento de tributos. As melhores práticas serão definidas como sendo as políticas públicas integradas que

demonstram esforço da Administração Pública num conjunto de ações para alcançar ganhos de eficiência, eficácia e efetividade. A avaliação será por meio de: medidas quantitativas - indicadores e medidas qualitativas, a partir também de questionários, entrevistas e visitas técnica. Podem participar do Prêmio as Prefeituras dos municípios do Estado de São Paulo, com experiência de políticas públicas integradas, divididas em quatro categorias: cidades pequenas (até 100 mil habitantes), cidades médias (>100 mil < 500 mil habitantes), cidades grandes (> 500 mil habitantes), e cidades associadas (conjuntos de duas ou mais cidades, independentemente do porte). O processo de julgamento será indicado pelas Universidades promotoras (Federal do ABC, Metodista e USCS), com apoio do Consórcio. A 1ª Etapa prevê a seleção e escolha das três melhores práticas de cada categoria. A 2ª Etapa terá uma visita técnica aos locais das práticas selecionadas na 1ª etapa. A 3ª Etapa tem a definição da melhor prática em cada uma das categorias e da melhor prática entre elas. A Premiação será anual, com entrega do Troféu "Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades" para a melhor prática de cada uma das quatro categorias. O Prêmio Destaque "Prefeito Celso Daniel" será para a melhor prática, escolhida entre as vencedoras de cada categoria. E um curso de "Gestão de Políticas Públicas Integradas" será destinado à Prefeitura ganhadora do Prêmio "Prefeito Celso Daniel", destinado a gestores públicos da cidade vencedora. O custo estimado é de R\$ 70.000,00 (com captação externa de Patrocínio), para a Premiação, Viagens de Avaliação, Evento e Coquetel de Premiação, Divulgação, Seleção e Avaliação dos Projetos, Publicação. Custos de Apoio: Recepção dos Projetos, e Organização da Festa de Premiação (Cerimonial e Espaço). A gestão do Processo de Avaliação será das Universidades participantes e do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Deliberação: aprovado por todos. O Presidente Luiz Marinho cumprimenta a todos parabenizando pela iniciativa da proposta e fala da importância de trabalhar conjuntamente, sendo uma alegria participar desta parceria.

Dando prosseguimento, o Presidente Luiz Marinho relata que na última sexta-feira, conversou com o Secretário da Casa Civil Estadual, Edson Aparecido, sobre a remoção emergencial das famílias em áreas de riscos e que o Estado convocou os agentes das defesas civis para participarem de um curso com o objetivo de reforçar os procedimentos de vistorias de campo e ações preventivas. O Presidente destaca a sua preocupação com a remoção dessas famílias, que deve ser feita com forte apoio do Governo do Estado. O Prefeito Donisete Braga fala da importância de se fazer um documento do Consórcio ao Estado solicitando a limpeza dos piscinões, como forma de prevenção e sinalizando a preocupação dos municípios. O Prefeito Lauro Michels solicita um documento ao estado falando sobre a viabilidade do estudo do Metrô até Diadema.

Na sequência o coordenador do GT Meio Ambiente, João Ricardo, fala a reabertura da Estrada Velha de Santos, que será no dia 14/12, com visitas agendadas. Em seguida, fala da manifestação referente ao Licenciamento Ambiental de Obras Públicas na APRM Billings. A manifestação será por ofício ao Secretário Bruno Covas. Na sequência o Secretário Executivo apresenta os demais informes: Lançamento da Cartilha Violência Contra a Mulher - GT Gênero; Reunião de Instalação do Conselho Consultivo da Sub-região Sudeste / Grande ABC – 02/12, às 14h, em São Bernardo do Campo; Solenidade de Instalação do GAMESP Sudeste -

dia 02/12, às 15h, em São Bernardo do Campo; Convite do Deputado Federal Vanderlei Siraque para o Jantar de Confraternização da Braskem e da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil – dia 05/12, às 19h30 – Restaurante Baby Beef Jardim. Debate sobre o Plano de Ação da Macrometrópole com o Governo do Estado - dia 16/12, às 9h, Auditório do Consórcio. E o Lançamento do PPA Regional Participativo – dia 11/12, às 19h, no Teatro Municipal de Santo André.

O Presidente convida a todos para a Inauguração do Hospital de Clínicas de São Bernardo do Campo, com a presença da Excelentíssima Presidenta Dilma Rousseff, no dia 13/12. Sobre a próxima Assembleia Geral que terá como pauta principal a Eleição do Presidente e Vice Presidente, os prefeitos deliberam que será no dia 13/01, às 9h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. - . - . - . - . -

.....
Região do Grande ABC, em 02 de dezembro de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 45ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 45ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.